



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

DEMONSTRAÇÕES
PREVISIONAIS 2020

ÍNDICE

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	8
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO E PRESPECTIVAS DAS FINANÇAS DO MUNICÍPIO	9
2.1. <i>Evolução das finanças.....</i>	9
2.2. <i>Prespectivas para 2020.....</i>	10
CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA 2020.....	10
3.1. <i>Organização das grandes opções do plano e orçamento</i>	10
3.2. <i>Orientações técnicas na elaboração do orçamento.....</i>	11
3.3. <i>Objetivos e políticas de desenvolvimento estratégico</i>	14
3.3.1. <i>Visão.....</i>	14
3.3.2. <i>Missão</i>	15
3.3.3. <i>Objetivos estratégicos.....</i>	15
3.3.4. <i>Política orçamental proposta.....</i>	15
3.3.4.1. <i>Política fiscal</i>	15
3.3.4.2. <i>Investimentos em carteira.....</i>	17
3.3.4.3. <i>Atividades previstas</i>	22
3.4. <i>Elementos complementares às demonstrações previsionais</i>	23
3.4.1. <i>Relação das responsabilidades contingentes</i>	23
3.4.2. <i>Responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais</i>	24
3.4.3. <i>Mapa das entidades participadas pelo município.....</i>	24
3.4.4. <i>Quadro plurianual de programação orçamental 2020-2024</i>	25
3.5. <i>Fatores externos ao município de armamar.....</i>	26
3.6. <i>Orçamento para 2020.....</i>	27
3.6.1. <i>Análise global do orçamento</i>	28
PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO	30
CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	30
1.1. <i>Articulado das medidas para a execução orçamental.....</i>	30
CAPÍTULO I - ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS	31
Artigo 1.º - <i>Definição e objeto.....</i>	31

Artigo 2.º - Âmbito de aplicação.....	32
Artigo 3.º - Execução orçamental.....	32
Artigo 4.º - Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano.....	32
Artigo 5.º - Registo contabilístico	33
Artigo 6.º - Gestão dos bens móveis e imóveis do Município.....	33
Artigo 7.º - Gestão de stocks.....	34
CAPÍTULO II - RECEITA ORÇAMENTAL.....	34
SECÇÃO I – PRINCÍPIOS.....	34
Artigo 8.º - Princípios gerais para arrecadação de receitas.....	34
SECÇÃO II - ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS.....	35
Artigo 9.º - Cobranças pelos serviços municipais	35
SECÇÃO III - ISENÇÕES E REDUÇÕES.....	35
Artigo 10.º - Isenções e benefícios fiscais.....	35
CAPÍTULO III - DESPESA ORÇAMENTAL	36
SECÇÃO I - PRINCÍPIOS E REGRAS.....	36
Artigo 11.º - Princípios gerais para a realização da despesa.....	36
Artigo 12.º - Tramitação dos processos de despesa	37
Artigo 13.º - Gestão de contratos.....	39
Artigo 14.º - Conferência e registo da despesa	39
Artigo 15.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal	39
SECÇÃO II - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS.....	40
Artigo 16.º - Apoios a entidades terceiras.....	40
Artigo 17.º - Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias.....	40
Artigo 18.º - Assunção de compromissos plurianuais	41
Artigo 19.º - Autorizações assumidas.....	41
SECÇÃO III - PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	42
Artigo 20.º - Equipamentos e soluções informáticas.....	42
Artigo 21.º - Seguros.....	42
Artigo 22.º - Despesas de deslocação.....	42
Artigo 23.º - Reposições ao município.....	43
Artigo 24.º - Despesas de representação.....	43
SECÇÃO IV - CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS.....	43
Artigo 25.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos	43

<i>Artigo 26.º - Contratos de cooperação e contratos interadministrativos</i>	<i>44</i>
<i>Artigo 27.º - Contratos de tarefa e avença.....</i>	<i>44</i>
<i>CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	<i>44</i>
<i>Artigo 28.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento</i>	<i>44</i>
PARTE III – TERMOS DE ENCERRAMENTO	45
PARTE IV – LISTA DE ANEXOS	47

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Cenário macroeconómico.....	9
Quadro 2. Responsabilidades contingentes.....	23
Quadro 3. Compromissos Plurianuais.....	24
Quadro 4. Participações em entidades societárias.....	24
Quadro 5. Participações em entidades não societárias.....	25
Quadro 6. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2020-2024.....	26
Quadro 7. Receitas e despesas para 2020.....	28
Quadro 8. Equilíbrio orçamental corrente (orçamento para 2020).....	29

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura das receitas e despesas para 2020.....	29
Gráfico 2. Equilíbrio corrente orçamental (orçamento para 2020).	30

LISTA DE ABREVIATURAS

GOP – Grandes Opções do Plano

WEO - *World Economic Outlook*

FMI – Fundo Monetário Internacional

POE – Proposta do Orçamento de Estado

PE – Plano de Estabilidade

BP – Banco de Portugal

PIB – Produto Interno Bruto

BCE – Banco Central Europeu

IMF - *International Monetary Fund*

INE - Instituto Nacional de Estatística

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

IPC – Índice de Preços no Consumidor

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

PAMR – Plano das Atividades mais Relevantes

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais

AM – Assembleia Municipal

CM – Câmara Municipal

DADS - Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social

DGUA - Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIMDouro – Comunidade Intermunicipal do Douro

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

ARU – Área de Reabilitação Urbana

QPPO – Quadro Plurianual de Programação Orçamental

QMPFAL - Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local

LEO – Lei de Enquadramento Orçamental

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

EMLP – Empréstimos de Médio e Longo Prazo

LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais

CCP – Código dos Contratos Públicos

NCP – Norma de Contabilidade Pública

PPP – Parceria Pública ou Privada

DR – Demonstração dos Resultados

PMP – Prazo médio de pagamentos

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A proposta de Orçamento Municipal para 2020 tem por base as Grandes Opções do Plano 2020-2023 (GOP), bem como as previsões macroeconómicas previstas pelas diversas entidades internacionais e nacionais.

O relatório trimestral (perspetivas da economia mundial - WEO¹) apresentado em outubro de 2019 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê que o crescimento económico mundial em 2019 chegue a 3,0% e em 2020 ronde os 3,4%, 0,2 pontos percentuais abaixo da previsão anunciada em abril pelo mesmo organismo. Apesar das tensões geopolíticas, nomeadamente, a incerteza relacionada com o *Brexit*, o aumento das tarifas pelos Estados Unidos à China, assim como a retaliação da China (aumentando também, as tarifas às importações efetuadas pelos Estados Unidos), o crescimento económico mundial permanece moderado.

O FMI prevê que a economia portuguesa feche o ano de 2019 em torno dos 1,9%, e para 2020 não ultrapasse os 1,6%, um número que fica longe da meta (1,9% em 2019 e 2020) definida pelo Governo em abril de 2019 no Plano de Estabilidade (PE).

Contudo, os boletins económicos apresentados pelo Banco de Portugal (BP), apontam para a desaceleração da economia portuguesa ao longo do período 2019-21. O Produto Interno Bruto (PIB) português, deverá situar-se nos 2,0% em 2019, 1,6% em 2020 e 2021. Apesar desta desaceleração, o PIB português, situa-se ligeiramente acima da média do conjunto dos países da zona euro.

As perspetivas macroeconómicas apresentadas no PE 2019, são mais otimistas do que as projeções de outras instituições relativamente à economia portuguesa e anteveem um crescimento económico em 2020 idêntico face ao alcançado em 2019.

¹ October 2019, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

Quadro I. Cenário macroeconómico.

(taxas de variação em %)

	INE		BP		PE 2019-2023	
	2017	2018	2019(e)	2020(p)	2019(e)	2020(p)
PIB e Componentes da Despesa (taxa de crescimento homólogo real, em %)						
PIB	3,5	2,4	2,0	1,6	1,9	1,9
<i>Consumo Privado</i>	2,1	3,1	2,3	2,0	1,8	1,8
<i>Consumo Público</i>	0,2	0,9	0,5	0,5	0,2	0,6
<i>Investimento (FBCF)</i>	11,5	5,8	7,2	5,8	5,3	4,9
<i>Exportações de Bens e Serviços</i>	8,4	3,8	2,3	3,1	3,8	3,8
<i>Importações de Bens e Serviços</i>	8,1	5,8	4,6	4,3	3,9	3,9

(e) estimativa, (p) previsão.

Fonte: INE, BP e PE.

As projeções para a economia portuguesa apontam para a manutenção de uma trajetória de expansão ao longo do período 2019-21, embora a um ritmo de crescimento inferior ao observado nos últimos anos.

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS DAS FINANÇAS DO MUNICÍPIO

2.1. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS

Nos últimos anos, a Câmara Municipal, cumpriu com o estipulado nos planos financeiros, o que contribuiu para a redução significativa da dívida total municipal (dívida financeira e não financeira considerada para efeitos do limite legal). Excluindo as dívidas não orçamentais e as exceções legalmente previstas, nos últimos 4 anos, o passivo total do Município retraiu 4,9 milhões euros.

Também, o prazo médio de pagamentos (PMP) tem vindo a cair desde o início de 2018, sendo que no final do 3.º semestre de 2019, situava-se nos 65 dias.

2.2. PRESPECTIVAS PARA 2020

De acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL), regime atualmente em vigor, a dívida à Armamar Viva, S.A. (doravante PPP) não figura no Balanço, apenas é reconhecida anualmente (renda anual de 300,11 mil euros) como gasto do período na Demonstração dos Resultados (DR).

Com a entrada em vigor do SNC-AP a 01 janeiro de 2020, o Município terá que reconhecer o remanescente da dívida à PPP no Balanço (cerca de 4,88 milhões de euros), pois, de acordo com as regras estipuladas naquele referencial, estamos perante uma locação financeira (a Norma de Contabilidade Pública 6 (NCP 6) veio clarificar que estamos perante uma locação financeira), o que irá contar para o endividamento do Município.

Em 2020, estima-se que a redução da dívida total municipal será em torno de 1 milhão de euros. Apesar desta redução, com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a dívida financeira (empréstimos bancários, locações financeiras, etc...) do Município irá aumentar, dadas as alterações das regras contabilísticas em vigor.

Prevê-se ainda, que o PMP continue a diminuir ao longo do ano de 2020.

CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA 2020

3.1. ORGANIZAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

As GOP são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades mais Relevantes (PAMR). As despesas inscritas nestes planos, utilizam o classificador funcional apresentado no ponto 10.1. do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (doravante POCAL), com quatro grandes funções, que apresentam um nível de desagregação, capaz de englobar as atribuições do município de Armamar, a saber:

1. Funções Gerais;
2. Funções Sociais;
3. Funções Económicas;

4. Outras Funções.

Cada uma destas funções é subdividida em subfunções.

De referir, que apesar desta codificação ser utilizada para o modelo de estrutura das GOP na identificação dos objetivos, programas, projetos e ações, a sua finalidade, não é só a caracterização das ações a desenvolver pelas áreas funcionais, mas também a sua organização pelas linhas estratégicas e políticas definidas no Município.

O orçamento está organizado de acordo com a estrutura estabelecida pelo classificador económico das receitas e despesas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua atual redação e divide-se em dois grandes grupos:

1. Receitas e despesas correntes;
2. Receitas e despesas de capital.

Apesar de não ser obrigatório, as despesas inscritas no orçamento foram distribuídas de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

- 0101 – Assembleia Municipal (AM);
- 0102 – Câmara Municipal (CM);
- 0103 – Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social (DADS);
- 0104 – Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente (DGUA).

3.2. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Na elaboração do orçamento, como tem acontecido em anos anteriores, teve presente, o princípio da prudência aplicado tanto à análise das receitas correntes como (da gestão) das despesas correntes. A redução do endividamento municipal, continua bem presente, cumprindo-se os planos de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo e dos acordos de pagamento existentes, com controlo da dívida a fornecedores. Assim, a elaboração do orçamento para 2020, obedeceu a um conjunto de regras previsionais, das quais três se assumiram como estruturantes para uma sólida construção do mesmo, a saber:

- EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL determina as regras de equilíbrio orçamental fixando a do designado equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários - e a do equilíbrio substancial, isto é, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes no desiderato de se obterem saldos correntes positivos, desde logo, para o financiamento de despesa de capital.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando, no seu artigo 40.º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos e médio e longo prazo estabelecendo uma margem de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano subsequente.

A elaboração deste orçamento, como acontece em anos anteriores, teve presente o cumprimento deste conjunto de normas, sendo de relevar que as receitas correntes superaram as despesas correntes em 1,4%, ou seja, cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo e, ainda, financiam despesas de investimento.

- RECEITAS “TRADICIONAIS”

No âmbito das receitas orçamentais, realçam-se as limitações legais quanto à inscrição de receitas de cobrança certa e as relativas às transferências correntes e de capital, a saber:

- a) Ao abrigo das alíneas b) e c) do ponto 3.3 do POCAL, as receitas respeitantes das transferências correntes e de capital só podem ser inscritas no orçamento após a efetiva atribuição (aprovação) pela entidade competente, designadamente: as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS), importâncias respeitantes às transferências financeiras de Fundos Comunitários, etc);
- b) Nos termos da alínea a) do ponto 3.3 do POCAL, as importâncias relativas a impostos (IMI, IMT, IUC, Derrama e outros), taxas e tarifas (abastecimento de água, saneamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos e outras)

a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses;

- c) O artigo 104.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2019, estabeleceu que os Municípios não podem inscrever no orçamento receitas superiores à média das arrecadadas com a venda de bens imóveis (rústicos e urbanos) nos últimos 36 meses.

- **DESPESAS “TRADICIONAIS”**

No âmbito das despesas orçamentais, destacam-se as seguintes:

- a) Dotação das despesas com pessoal:
- i. Cálculo de todos os contratos em vigor, quer dos trabalhadores contratados por tempo indeterminado e a termo certo, quer dos trabalhadores em comissão de serviço;
 - ii. Cálculo relativo a novas admissões de trabalhadores para 2020;
 - iii. Identificação de todas as progressões de carreira e correspondente cálculo dos montantes de acréscimo de remunerações;
 - iv. Encargos adicionais (trabalho suplementar, abonos, encargos sobre remunerações, subsídio de refeição, outros).
- b) Dotação com aquisição de bens e serviços:
- i. Avaliação direta das despesas obrigatórias, através da identificação de todos os contratos em execução, nomeadamente: abastecimento de água, saneamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, energia elétrica, iluminação pública, comunicações, economato, combustíveis, produtos de limpeza e higiene, seguros, via verde, locação operacional, manutenção, Feira da Maça, Festa de São João, iluminação de Natal, etc...
- c) Dotação com juros e passivos financeiros (empréstimos contraídos):

- i. Cálculo dos juros relacionados com os empréstimos contraídos a curto, médio e longo prazo, com base nas taxas em vigor na elaboração do presente orçamento;
 - ii. Identificação de todos os empréstimos com capital em dívida, quantificando os montantes a amortizar em 2020.
- d) Dotação relativa a transferências e subsídios correntes e de capital:
 - i. Contratos e protocolos celebrados a favor de terceiros, incluindo Associações Municipais, Freguesias, Associações e outras entidades;
 - ii. Subsídios a atribuir.
- e) Dotação com investimentos (novos e em curso):
 - iii. 1.^a fase consiste na identificação de todas as despesas de investimento em curso (empreitadas e outros bens) que decorrem da realização dos projetos/ações a inscrever no PPI;
 - iv. 2.^a fase consiste na priorização de novos investimentos (empreitadas e outros bens) a inscrever no PPI.

3.3. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

3.3.1. VISÃO

O Município de Armamar pretende ser reconhecido como um concelho “verde”, integrado no Douro património mundial e que preserva as características dos vinhedos e pomares (sendo Armamar a capital da maçã de montanha) e que potencia as margens do Douro para o desenvolvimento turístico e ser alternativa de residência às áreas metropolitanas envolventes e zona de montanha para o aproveitamento das energias renováveis (eólica e hídrica).

3.3.2. MISSÃO

O Município de Armamar tem como missão tornar o concelho emocionalmente atrativo e dotá-lo de condições que propiciem melhor qualidade de vida aos seus munícipes e cidadãos.

3.3.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Investimento na execução de obras fundamentais para o concelho, impulsionadoras de novas dinâmicas;
2. Rentabilização dos recursos, naturais, físicos e humanos;
3. Diálogo interinstitucional a nível local, regional e nacional, permitindo elaborar propostas estratégicas em articulação com serviços setoriais e agentes económicos e sociais;
4. Participação cívica e reforço da cidadania numa cultura de participação ativa e interventiva, essenciais no desenvolvimento social e humano.

3.3.4. POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

A política orçamental para 2020 apresenta algumas opções que importa destacar nos subcapítulos seguintes.

3.3.4.1. POLÍTICA FISCAL

MANUTENÇÃO DA TAXA DE IMI

O Imposto Municipal sobre Imóveis irá manter-se no mínimo admissível, ou seja, a taxa de 0,3% (de um intervalo possível entre os 0,3% e 0,45%), o que representa uma poupança anual para os munícipes. Acrescem a este valor os descontos previstos para os agregados com dependentes (20,00 EUR para um dependente, 40,00 EUR para dois dependentes e 70,00 EUR para três ou mais dependentes), contabilizados num valor de 11.850,00 EUR.

BENEFÍCIO FISCAL DE IRS

Manter a devolução aos municípios de 4% da receita obtida pelo Município do Orçamento de Estado, relativas à participação variável no IRS. Esta medida representa anualmente, no total, uma devolução aos municípios de cerca de 80.476,00 EUR. Para 2020, o município de Armamar apenas receberá 1% dessa receita (cerca de 20.119,00 EUR), a comprometer com a ação social escolar.

DERRAMA

Nos termos do artigo 18.º do RFALEI, os municípios podem deliberar anualmente uma derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por empresas residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Os critérios para a fixação da derrama são os seguintes:

1. Para as empresas cujo o volume de negócios no período anterior ultrapasse os 150.000,00 EUR, a taxa de derrama a aplicar é a taxa normal (até ao limite de 1,50%);
2. Para as empresas cujo o volume de negócios no período anterior não ultrapasse os 150.000,00 EUR, mas seja superior ao referido no âmbito da isenção (se aplicável), a taxa de derrama a aplicar é a taxa reduzida (até ao limite inferior de 0,01%);

Para 2020, o Município mantém as taxas de derrama aprovadas no ano anterior, sendo elas as seguintes:

1. Taxa reduzida – 0,50%;
2. Taxa normal – 1,35%.

3.3.4.2. INVESTIMENTOS EM CARTEIRA

Para 2020, prevêem-se alguns novos investimentos, assim como, a concretização de várias empreitadas (iniciadas em 2019), cujo financiamento é assegurado, em parte substancial, por fundos comunitários, admitindo-se que a conclusão de parte daqueles trabalhos, possa ocorrer até final desse período de tempo.

Assim, para o ano de 2020 destacam-se os seguintes investimentos, a saber:

1. Requalificação de Estradas Municipais

Dado o seu desgaste, tenciona-se realizar intervenção nos troços de via conforme as prioridades a definir em função do estudo em curso, com a intenção de melhorar significativamente a respetiva utilização.

2. Implementação de Redes Wi-Fi no Município de Armamar

Este investimento, pretende disponibilizar o acesso Wi-Fi nos centros históricos e em zonas de maior afluência de turistas no município de Armamar. A disponibilização destas redes sem fios melhorará a experiência do turista ao visitar uma determinada zona, contribuirá para a gestão inteligente dos destinos turísticos e criará condições para o surgimento de novos processos assentes no digital, bem como, dotar todos os edifícios públicos desta rede sem fios, que permitirá simplicidade e rapidez no acesso a conteúdos informativos, cada vez mais relevantes para os turistas.

3. Promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A promoção das TIC no município de Armamar, passa pela prossecução da modernização administrativa, através de plataformas digitais, permitindo a prestação de serviços públicos eletrónicos de âmbito local, direcionados para o cidadão e empresas, desmaterializando e automatizando os processos administrativos, eliminando assim, custos de contexto.

Este projeto, irá permitir, assegurar a segurança dos dados e das comunicações com os agentes externos, garantindo a continua prestação dos serviços municipais e a correspondente rastreabilidade e fiabilidade.

4. Mobilidade Ativa

Nas deslocações de proximidade passa por incentivar a mobilidade ativa, nomeadamente, no incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal) através da construção de ciclovia e via pedonal.

Este projeto permitirá a promoção e utilização dos modos suaves, essencialmente para fomentar novos hábitos de deslocação, alternativos ao transporte individual e complementares do transporte público e influenciar diferentes escolhas dos cidadãos e comportamentos mais racionais, eficientes e sustentáveis, com amplos benefícios para a sociedade.

Paralelamente, a utilização de bicicleta e de zonas pedestres irão contribuir para a redução das emissões de gases com efeito estufa (carbono) prejudiciais ao planeta e às pessoas.

5. Desenvolvimento Urbano e Plano de Regeneração Urbana

A reabilitação do centro urbano de Armamar irá contribuir para prossecução da visão construída para o território no horizonte 2020, no desenvolvimento urbano de Armamar.

Esta regeneração, passa por um centro urbano atrativo que potencia a ligação à sua envolvente, promovendo a sustentabilidade e a coesão.

A melhoria da atratividade do centro urbano de Armamar constitui-se como um importante mecanismo para a afirmação e projeção do território no quadro da região do Douro e, fundamentalmente, para o reforço da coesão territorial.

6. Ampliação do sistema de rega do Monte Raso

A ampliação ao aproveitamento hidroagrícola de Temilobos, denominada por “Regadio de Monte Raso” será efetuada na zona designada por Monte Raso, situada na área das Freguesias de Queimada, Queimadela e União de Freguesias de São Romão e Santiago onde se concentra uma elevada produção de pomóideas com as características que originam e determinam a sua certificação como maçã de montanha.



O setor primário constitui uma das principais fontes de rendimento das freguesias referidas possuindo os campos grande potencial agrícola destacando-se na produção de fruta e de vinho.

Prevê-se a beneficiação e pavimentação de quatro troços de caminhos agrícolas com uma extensão de 1.74 km de acesso às parcelas pertencentes ao perímetro de rega e que interligam com caminhos agrícolas existentes e já pavimentados.

A rede de rega e o sistema adutor serão dotados de um sistema de telegestão, um auxiliar precioso garantindo uma melhoria da produtividade na

exploração das diferentes infraestruturas interligadas revelando-se ainda, uma garantia da qualidade de serviço aos seus utentes. O presente projeto, pretende irrigar uma área de pomóideas, 152.27 hectares, atualmente em regime de sequeiro.

7. Eficiência Energética nas Infraestruturas e Equipamentos Públicos



O investimento nesta área passa por uma intervenção nos equipamentos de iluminação pública, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, nomeadamente, substituindo cerca de 1500 lâmpadas menos eficientes por lâmpadas de LED.

Para além deste investimento, irá ser efetuada uma intervenção no edifício sede do município de Armamar, com vista a aumentar a eficiência energética, efetuando as seguintes melhorias:

1. Substituição das luminárias;
2. Isolamento na cobertura inclinada;
3. Isolamento pelo interior das fachadas de pedra;
4. Substituição dos envidraçados;
5. Substituição dos *chiller's* e melhoria do sistema de AVAC;

6. Instalação de sistemas fotovoltaicos de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

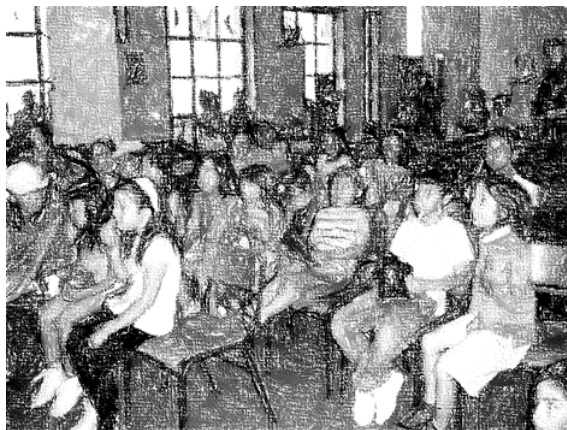
Estima-se que a implementação de todas as medidas de melhoria, permita reduzir a fatura energética anual em cerca de 42% (equivalente a cerca de 12.500,00 EUR), relativamente aos custos atuais e permita melhorar a classificação energética do edifício de D para B-.



7. Combate ao Insucesso Escolar

Este investimento, estrutura-se em três ações:

1. Atividade de equipa multidisciplinar para prevenção e acompanhamento de situações de risco, de iniciativas para sinalização e recuperação de jovens em situação de abandono escolar precoce e da diversificação de respostas sociais e/ou educativas/formativas de modo a garantir igualdade de oportunidades de sucesso a todas as crianças e jovens do concelho de Armamar;
2. Desenvolvimento de oficinas de trabalho destinadas a alunos de todos os níveis de ensino, de forma a promover experiências educativas, numa ótica de trabalho colaborativo e integrador de várias áreas do conhecimento e da formação integral dos jovens, criando o clube de ciências e de línguas;
3. Criação de um clube de robótica, estimulando o desenvolvimento de capacidades transversais, tais como o pensamento analítico, a resolução de problemas, o trabalho colaborativo e a criatividade.



8. Valorização da Cultura e Património e Promoção de Produtos Locais

Com o intuito de preservar o valor patrimonial do Concelho, foi constituída uma parceria entre município de Armamar, Caves Vale do Rodo e Fundação do Museu do Douro pretendendo dar uma nova “vida” ao edifício da Adega Cooperativa colocando-o ao serviço da cultura, do turismo, da economia e da valorização dos recursos endógenos do concelho e da região. Será assim necessário proceder à requalificação do edifício, transformando-o no centro de visita e de promoção dos produtos endógenos.



Através da implementação deste projeto, pretende-se promover o que de melhor existe no Concelho.

Este projeto, prevê a requalificação do edifício da adega criando:

1. Uma sala polivalente para a realização de diversos eventos como exposições, workshops, lançamento de produtos gastronómicos e turísticos, colóquios, encontros e eventos temáticos, espaço de informação e formação dos agentes turístico da região, entre outros; o espaço permitirá a realização de um programa cultural regular, relacionado com a promoção dos produtos endógenos (maçã, vinho, cabritinho de Armamar, fumeiro entre outros);
2. Um ponto de venda de produtos locais com especial incidência nos vinhos, maçã, queijos e enchidos;
3. Um “espaço de memória” alusiva à mulher duriense;
4. Um espaço sensorial” a implementar na parte superior do torreão onde o visitante/convidado poderá desfrutar de uma paisagem singular sobre a vila de Armamar, relaxar e saborear um bom vinho e provar os afamados produtos da região.

3.3.4.3. ATIVIDADES PREVISTAS

Para 2020, destacam-se as seguintes atividades:

1. Festa de São João

A festa de São João marca a vida social do concelho de Armamar há muitíssimos anos. O evento apresenta-se com atividades cristãs e pagãs, sendo marca de referência na agenda das gentes de Armamar, constituindo motivo de reunião na



vila de Armamar a que vão também se associando forasteiros. O interesse público municipal é incontestável, seja pela tradição, seja pela dinamização da economia local.

2. Feira da Maça

A feira da maça constitui-se uma referência em Armamar, dada a sua notoriedade. Mais uma vez, os agentes económicos têm a oportunidade de expor todo o potencial instalado. Dada a sua longevidade (com 12 anos de existência), a feira tem ganho dimensão, com os agentes económicos locais a envolver-se cada vez mais, por perceberem a importância da promoção dos seus produtos e da sua terra. Associado a isso o evento constitui também a oportunidade para dar a conhecer as tradições e os costumes.



3.4. ELEMENTOS COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

3.4.1. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Nos termos no disposto na alínea a), n.º I do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento municipal deve incluir a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Estas são entendidas, como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Município, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Assim, dada a referida obrigatoriedade, indica-se a relação das responsabilidades contingentes do Município de Armamar.

Quadro 2. Responsabilidades contingentes

(Unidade: Euro)

N.º Processo	Tipo de Ação	Montante
226/18.0BEVIS	Ação Administrativa	2.243,54
2523/2017.ERSAR	Processo de Contraordenação	1.250,00
117/16.0BEVIS	Ação Administrativa	12.102,38
135/19.6BEVIS	Ação Administrativa	13.970,00
139/19.9BEVIS	Ação Administrativa	5.520,00
63/19.5BEVIS-A	Ação Administrativa	11.500,00
Total		46.585,92

Fonte: Elaboração própria.

3.4.2. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3, artigo 9.º-B do RFALEI, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

Quadro 3. Compromissos Plurianuais

(Unidade: Euro)

Ano	Total de Compromissos Plurianuais*
2020	1.240.101,58
2021	1.103.669,23
2022	705.419,13
2023 e seguintes (acumulado)	4.828.882,31
Total Global	7.878.072,25

Fonte: Elaboração própria.

*Os compromissos plurianuais referidos no quadro 3, foram consultados no balancete das contas de controlo orçamental, retirado da aplicação usada pelo município de Armamar.

3.4.3. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, artigo 46.º do RFALEI, apresentam-se as entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

Quadro 4. Participações em entidades societárias

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Social (€)	Valor da Participação (€)	Percentagem Detida
1	Armamar Viva, S.A.	508797306	50.000,00	24.500,00	49%
2	Águas do Norte, S.A.	513606084	104.874.727,00	118.386,00	0,113%
3	RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	8.000.000,00	28.428,00	0,355%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5. Participações em entidades não societárias

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Estatutário (€)	Quota Anual (€)	Percentagem Detida
1	Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	2.274.107,78	4.359,24	0,28
2	Associação do Douro Histórico	502577916	N/A	1.500,00	8,95
3	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	503821632	357.865,43	2.986,00	10,0
4	Fundação Museu do Douro	507693671	1.082.034,20	8.651,00	0,80
5	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	N/A	1.000,00	0,01
6	Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	G09305129	549.000,23	N/A	0,11
7	Comunidade Intermunicipal do Douro	508779200	N/A	N/A	5,26
8	Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	503427870	187.152,55	2.500,00	2,50
9	Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	2.284.950,37	1.500,00	1,18

Fonte: Elaboração própria.

N/A: Não aplicável

3.4.4. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2020-2024

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º-A do RFALEI determinam que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Ora, o QPPO que a seguir se apresenta (quadro 6), contém os limites da despesa efetiva para o período de 2020 a 2024. Os limites de despesa referentes ao período de 2021 a 2024 são indicativos (n.º 3 do artigo 44.º do RFALEI).

Sem prejuízo da manutenção dos valores anuais de despesa, podem os limites de despesa por agrupamento constantes do quadro 6 ser objeto de modificação, em virtude de alterações orçamentais decorrentes da utilização da dotação previsional.

Quadro 6. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2020-2024

(discriminado por rubrica orçamental)

(Unidade: Euro)

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas por Rubrica					
Receita Corrente	7 672 955,00	7 951 698,00	7 713 288,00	7 800 178,00	7 800 178,00
R1 - Receita Fiscal	959 150,00	871 350,00	864 260,00	812 600,00	812 600,00
R3 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	91 300,00	116 365,00	118 230,00	120 300,00	120 300,00
R4 - Rendimentos da Propriedade	317 900,00	293 580,00	146 480,00	199 430,00	199 430,00
R5 - Transferências e Subsídios Correntes	5 236 855,00	5 247 383,00	5 147 383,00	5 216 928,00	5 216 928,00
R6 - Venda de Bens e Serviços	1 040 500,00	1 391 500,00	1 405 415,00	1 419 400,00	1 419 400,00
R7 - Outras Receitas Correntes	27 250,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
Receita de Capital	3 335 560,00	2 695 550,00	2 137 161,00	2 037 094,00	1 987 050,00
R8 - Vendas de Bens de Investimento	42 850,00	80 000,00	75 000,00	75 000,00	75 000,00
R9 - Transferências e Subsídios de Capital	3 282 610,00	2 600 000,00	2 050 111,00	1 950 044,00	1 900 000,00
R10 - Outras Receitas de Capital	100,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11 - Reposições não Abatidas aos Pagamentos	10 000,00	15 500,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
Receita Efetiva	11 008 515,00	10 647 248,00	9 850 449,00	9 837 272,00	9 787 228,00
Receita não Efetiva	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00
R12 - Receita com Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 - Receita com Passivos Financeiros	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00
Receita Total	11 208 515,00	10 847 248,00	10 050 449,00	10 037 272,00	9 987 228,00
Despesas por Rubrica					
Despesa Corrente	6 846 894,00	7 089 784,00	7 021 902,00	7 083 096,00	7 083 096,00
D1 - Despesas com o Pessoal	3 620 279,00	3 992 585,00	3 937 914,00	4 031 960,00	4 031 960,00
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	2 814 360,00	2 788 078,00	2 792 028,00	2 757 028,00	2 757 028,00
D3 - Juros e Outros Encargos	55 645,00	70 111,00	58 950,00	45 698,00	45 698,00
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	290 210,00	187 620,00	181 620,00	197 020,00	197 020,00
D5 - Outras Despesas Correntes	66 400,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
Despesa de Capital	3 423 150,00	2 736 217,00	2 337 616,00	2 411 222,00	2 411 222,00
D6 - Aquisição de Bens de Capital	3 119 600,00	2 547 552,00	2 142 216,00	2 216 222,00	2 216 222,00
D7 - Transferências e Subsídios de Capital	303 550,00	188 665,00	195 400,00	195 000,00	195 000,00
D8 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Efetiva	10 270 044,00	9 826 001,00	9 359 518,00	9 494 318,00	9 494 318,00
Despesa não Efetiva	938 471,00	1 021 247,00	690 931,00	542 954,00	492 910,00
D9 - Despesas com Ativos Financeiros	13 121,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 - Despesas com Passivos Financeiros	925 350,00	1 021 247,00	690 931,00	542 954,00	492 910,00
Despesa Total	11 208 515,00	10 847 248,00	10 050 449,00	10 037 272,00	9 987 228,00
Saldo Global	738 471,00	821 247,00	490 931,00	342 954,00	292 910,00
Despesa Primária	10 214 399,00	9 755 890,00	9 300 568,00	9 448 620,00	9 448 620,00
Saldo Corrente	826 061,00	861 914,00	691 386,00	717 082,00	717 082,00
Saldo de Capital	-87 590,00	-40 667,00	-200 455,00	-374 128,00	-424 172,00
Saldo Primário	794 116,00	891 358,00	549 881,00	388 652,00	338 608,00

*Modelo adaptado do SNC-AP

Fonte: Elaboração própria.

3.5. FATORES EXTERNOS AO MUNICÍPIO DE ARMAMAR

Como fatores externos com influência na atividade municipal para 2020, importa destacar:

- I. A nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro e o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015,

de 11 de setembro, na sua atual redação, correspondendo a dois diplomas que implicarão profundas alterações das regras e procedimentos em vigor, com impacto relevante, designadamente, no (re)desenho dos processos, nos sistemas de informação, nas normas de controlo interno, nas demonstrações financeiras e no processo orçamental;

2. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, irá transferir faseadamente até dia 01 de janeiro de 2021, novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

3.6. ORÇAMENTO PARA 2020

Na elaboração do presente Orçamento, tiveram presentes os princípios previsionais, consagrados no ponto 3.3 do POCAL, assim como o princípio da estabilidade orçamental determinado no artigo 40.º da RFALEI.

Apesar deste orçamento ser elaborado nos termos do POCAL, no dia 01 de janeiro de 2020, dar-se-á início à entrada em vigor SNC-AP, pelo que a partir daquela data, haverá um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP, ou seja, trata-se apenas de uma conversão técnica.

De referir, que com o SNC-AP, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Note-se, que este normativo contabilístico obriga a preparar um orçamento numa base móvel de cinco anos, assim como a preparação previsional de um balanço, de uma demonstração dos resultados por natureza e de uma demonstração dos fluxos de caixa.

Apesar do SNC-AP revogar o POCP e todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, mantém-se em vigor (não revogou) os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, do POCAL, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Ora, com fundamento numa gestão equilibrada e face à necessidade de nivelar o orçamento em função da receita a arrecadar, que essa gestão se materializa. Aliás, a maior fonte de receita

dos orçamentos municipais, ao qual este não foge à regra, emerge das transferências do Orçamento do Estado numa base de perequação financeira, nomeadamente em termos de equilíbrio entre Estado e Municípios, seja numa perspetiva vertical, seja numa perspetiva horizontal.

3.6.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO

Em 2020, o total do orçamento importa em 11.208.515,00 EUR, o que reflete uma diminuição em relação ao orçamento corrigido do ano anterior na ordem (-) 152.082,60 EUR.

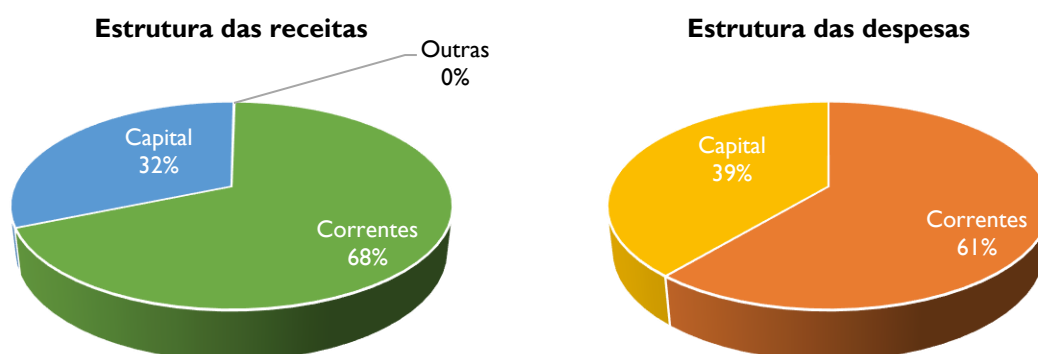
Observando os valores previstos no quadro infra, verifica-se que as receitas correntes de 7.672.955,00 EUR, suportam as despesas de igual natureza no montante global de 6.846.894,00 EUR, enquanto as receitas de capital totalizam 3.525.560,00 EUR face às despesas de capital de 4.361.621,00 EUR.

Quadro 7. Receitas e despesas para 2020

(Unidade: Euro)

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS - ANO DE 2020					
RECEITAS	Dotação	%	DESPESAS	Dotação	%
Receitas Correntes	7 672 955,00	68,5%	Despesas Correntes	6 846 894,00	61,1%
01 Impostos diretos	945 050,00	8,4%	01 Despesas com o pessoal	3 620 279,00	32,3%
02 Impostos indiretos	14 100,00	0,1%	02 Aquisição de bens e serviços	2 814 360,00	25,1%
04 Taxas, multas e outras penalidades	91 300,00	0,8%	03 Juros e outros encargos	55 645,00	0,5%
05 Rendimentos de propriedade	317 900,00	2,8%	04 Transferências correntes	181 710,00	1,6%
06 Transferências correntes	5 236 855,00	46,7%	05 Subsídios	108 500,00	1,0%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 040 500,00	9,3%	06 Outras despesas correntes	66 400,00	0,6%
08 Outras receitas correntes	27 250,00	0,2%			
Receitas de Capital	3 525 560,00	31,5%	Despesas de Capital	4 361 621,00	38,9%
09 Vendas de bens de investimento	42 850,00	0,4%	07 Aquisição de bens de capital	3 119 600,00	27,8%
10 Transferências de capital	3 282 610,00	29,3%	08 Transferências de capital	303 550,00	2,7%
12 Passivos financeiros	200 000,00	1,8%	09 Ativos financeiros	13 121,00	0,1%
13 Outras receitas de capital	100,00	0,0%	10 Passivos financeiros	925 350,00	8,3%
Outras Receitas	10 000,00	0,1%			
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000,00	0,1%			
TOTAL GERAL	11 208 515,00	100,0%	TOTAL GERAL	11 208 515,00	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico I. Estrutura das receitas e despesas para 2020

Fonte: Elaboração própria

A principal fonte de receitas continua a ser a de natureza corrente, estimando-se que contribua em 68,46% para a receita total cobrada, sobretudo devido à influência das transferências correntes, logo seguida pelos impostos diretos, apesar da sua menor materialidade.

De igual modo, as despesas correntes permanecem com maior preponderância ao assumirem 61,09% do total orçado, onde se destacam o peso dos encargos com pessoal (32,3%) e com a aquisição de bens e serviços (25,1%), logo seguidos do investimento previsto em aquisição de bens de capital, que absorve 27,8% da totalidade do orçamento da despesa.

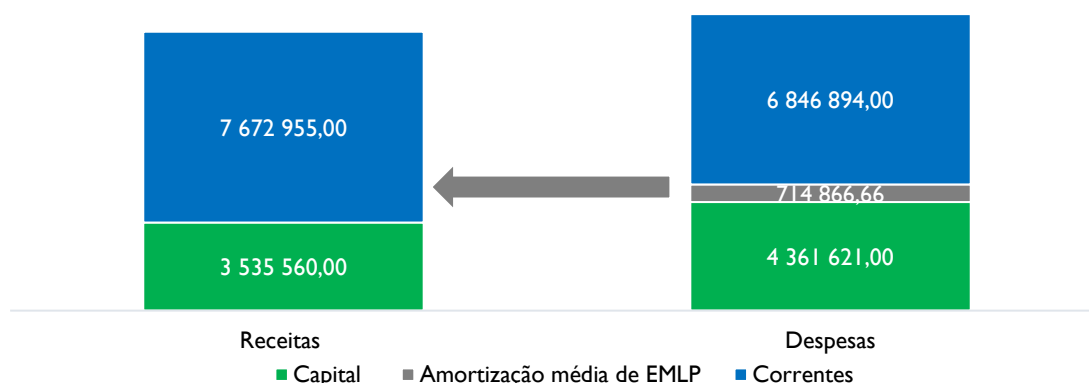
Em matéria de equilíbrio orçamental, atentas as regras contempladas no artigo 40.º do RFALEI, mais restritivas do que as previstas no POCAL, verifica-se que o saldo corrente, acrescido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo existentes, gera uma poupança corrente na ordem dos 826.061,00 EUR, que permitirá financiar investimentos.

Quadro 8. Equilíbrio orçamental corrente (orçamento para 2020).

(Unidade: Euro)

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE		
Receitas Correntes Previstas ≥ (Despesas Correntes Previstas + Amortizações Médias de Empréstimos de MLP)		
(a)	Receitas Correntes Previstas	7.672.955,00
(b)	Despesas Correntes Previstas	6.846.894,00
(c)	Amortizações Médias de Empréstimos de MLP	714.866,66
(d)=(b)+(c)		7.561.760,66
(e)=(a)-(d)	Saldo Corrente	111.194,34

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2. Equilíbrio corrente orçamental (orçamento para 2020).

Fonte: Elaboração própria

PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

I.1. ARTICULADO DAS MEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Torna-se assim necessário, estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Assim, nos termos do disposto na alínea d), n.º I, artigo 46.º do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação é elaborado o presente articulado, contendo as medidas para a execução orçamental, das demonstrações previsionais para o exercício de 2020.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS

Artigo 1.º - Definição e objeto

I. O presente normativo estabelece um conjunto de regras e procedimentos específicos, indispensáveis à execução do Orçamento do Município para 2020, de modo a garantir o cumprimento integrado a nível das demonstrações previsionais e dos princípios orçamentais, nos termos dos seguintes diplomas reguladores:

- a) Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento;
- c) Lei de Enquadramento Orçamental em vigor;
- d) Lei do Orçamento de Estado;
- e) Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;
- f) Normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual;
- g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (RFALEI);
- h) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (RJAL);
- i) Do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- j) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- k) Em mais legislação aplicável.

2. É objeto deste normativo a criação de condições para a integração consistente da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão.

Artigo 2.º - Âmbito de aplicação

O presente normativo é obrigatoriamente aplicável a todos os serviços do Município.

Artigo 3.º - Execução orçamental

1. Na execução das demonstrações previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
 - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

Artigo 4.º - Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no

cumprimento estrito do disposto no ponto 8.3.I. do POCAL, no ponto 4.26.12.2 da Norma de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no RJAL.

Artigo 5.º - Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade responsável pela gestão do expediente.
3. As faturas recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão do expediente, no prazo máximo de 1 dia útil.
4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas nos n.ºs 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 6.º - Gestão dos bens móveis e imóveis do Município

1. A gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações da Câmara

Municipal, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º - Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.
4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da gestão de stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

CAPÍTULO II - RECEITA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I – PRINCÍPIOS

Artigo 8.º - Princípios gerais para arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

4. Em conformidade com o n.º I do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Município relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à unidade responsável pela gestão financeira.

SECÇÃO II - ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS

Artigo 9.º - Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
3. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ser entregue diariamente pelos serviços na Tesouraria.
4. Nos casos referidos no n.º 2 deverá a Tesouraria remeter à unidade responsável pela gestão financeira, os documentos referidos em 3, para contabilização.

SECÇÃO III - ISENÇÕES E REDUÇÕES

Artigo 10.º - Isenções e benefícios fiscais

1. As isenções e reduções são concedidas segundo regulamento municipal a aprovar nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI.
2. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e

Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos do Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, sem prejuízo do artigo 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

CAPÍTULO III - DESPESA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I - PRINCÍPIOS E REGRAS

Artigo 11.º - Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 do POCAL e do SNC-AP, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e ulteriores alterações.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados no início do ano económico para um período deslizante de doze meses, de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.

4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade responsável pela gestão financeira autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas.

Artigo 12.º - Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2020, continua a caber à divisão municipal beneficiária (com referência às respetivas competências organizacionais) formular a proposta da decisão de contratar e todos os outros documentos que a sustentam.
2. A proposta da decisão de contratar é submetida a despacho ou deliberação, sem prejuízo de outros elementos, com as fundamentações e as peças do procedimento, na versão final.
3. Para elaboração da proposta da decisão de contratar, podem ser realizadas consultas preliminares informais ao mercado, de forma a obter o seguinte:
 - a) Preços atualizados de mercado;
 - b) Condições e informações que possam ser utilizadas no planeamento da contratação.
4. As consultas preliminares ao mercado devem observar as seguintes regras:
 - a) Consulta no mínimo a três agentes económicos;
 - b) A consulta é solicitada por correio eletrónico, via domínio cm-armamar.pt e endereçada simultaneamente aos agentes económicos;

- c) Em sede de procedimento pré-contratual, devem ser comunicadas aos restantes concorrentes, todas as condições e informações trocadas no âmbito da participação do(s) concorrente(s) na preparação do procedimento, introduzindo essas informações nas peças do procedimento.
5. As competências organizacionais da divisão municipal beneficiária, devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica de compras públicas para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
6. Haverá sempre um trabalhador afeto ao serviço ou competência organizacional identificado com a natureza do procedimento pré-contratual a acompanhar a utilização da plataforma eletrónica de compras públicas.
7. Para efeitos do referido nos números anteriores, as competências organizacionais, ou equiparadas, responsabilizar-se-ão pela elaboração das cláusulas jurídicas e técnicas dos cadernos de encargos e de todos os documentos que sejam necessários para instrução dos respetivos procedimentos pré-contratuais.
8. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.
9. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
10. Cumprida à unidade responsável pelo aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos para stock ou armazenagem, em articulação com os demais serviços.
11. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do CCP, todos os serviços municipais devem comunicar à unidade responsável pela gestão financeira, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 13.º - Gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada uma das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade deve:
 - a) Propor os gestores de contrato (nos termos do artigo 290.º-A do CCP) que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela unidade responsável pela gestão financeira.
 - c) As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à unidade responsável pela gestão financeira para que esta assegure a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 14.º - Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela unidade responsável pela gestão financeira.

Artigo 15.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na unidade responsável pela gestão financeira até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.

3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.
4. A unidade responsável pelos recursos humanos deve enviar mensalmente à unidade responsável pela gestão financeira a distribuição das despesas com pessoal pelos respetivos serviços.

SECÇÃO II - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS

Artigo 16.º - Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do Presidente da Câmara, Vereador ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia, a submeter à apreciação e votação da Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 17.º - Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias

- I. Durante o exercício de 2020, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do Anexo I da RJAL, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
 - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão da Assembleia Municipal.

Artigo 18.º - Assunção de compromissos plurianuais

I. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º I do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 EUR em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos.

Artigo 19.º - Autorizações assumidas

I. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

SECÇÃO III - PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

Artigo 20.º - Equipamentos e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para unidade responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de negociação ficam centralizados na unidade responsável pela gestão do parque informático, com base nos requisitos técnicos definidos.

Artigo 21.º - Seguros

1. Cabe à unidade responsável pelo aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela unidade as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora a indicar pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

Artigo 22.º - Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, nos termos definidos no Regulamento Interno de Uso de Veículos.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.

3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º - Reposições ao Município

- I. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 24.º - Despesas de representação

As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem de autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara.

SECÇÃO IV - CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS

Artigo 25.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

- I. Compete ao dirigente da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.

2. Compete aos serviços da divisão municipal beneficiária dos contratos referidos no número anterior, a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, desses contratos, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º - Contratos de cooperação e contratos interadministrativos

1. Os contratos de cooperação e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para o Município, deverão obter o prévio parecer da unidade responsável pela gestão financeira para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à unidade responsável pela gestão financeira proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 27.º - Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na rubrica orçamental D1.I – 01.01.07 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos nas rubricas orçamentais D2 das classificações económicas do agrupamento 02.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências materiais dos Órgãos do Município.

PARTE III – TERMOS DE ENCERRAMENTO

APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

Pelo exposto, as Demonstrações Previsionais para o exercício de 2020, importam tanto na receita como na despesa, no total 11.208.515,00 EUR, e foram aprovados, pela Câmara Municipal colegial, de harmonia com o disposto na alínea c), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, na reunião realizada em 30 de outubro de 2019, para serem presentes à Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal

O Presidente:

Os Vereadores:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação)

APROVADO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO

As Demonstrações Previsionais para o exercício de 2020 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 28 de novembro de 2019.

A Assembleia Municipal

O Presidente:

Primeiro Secretário:

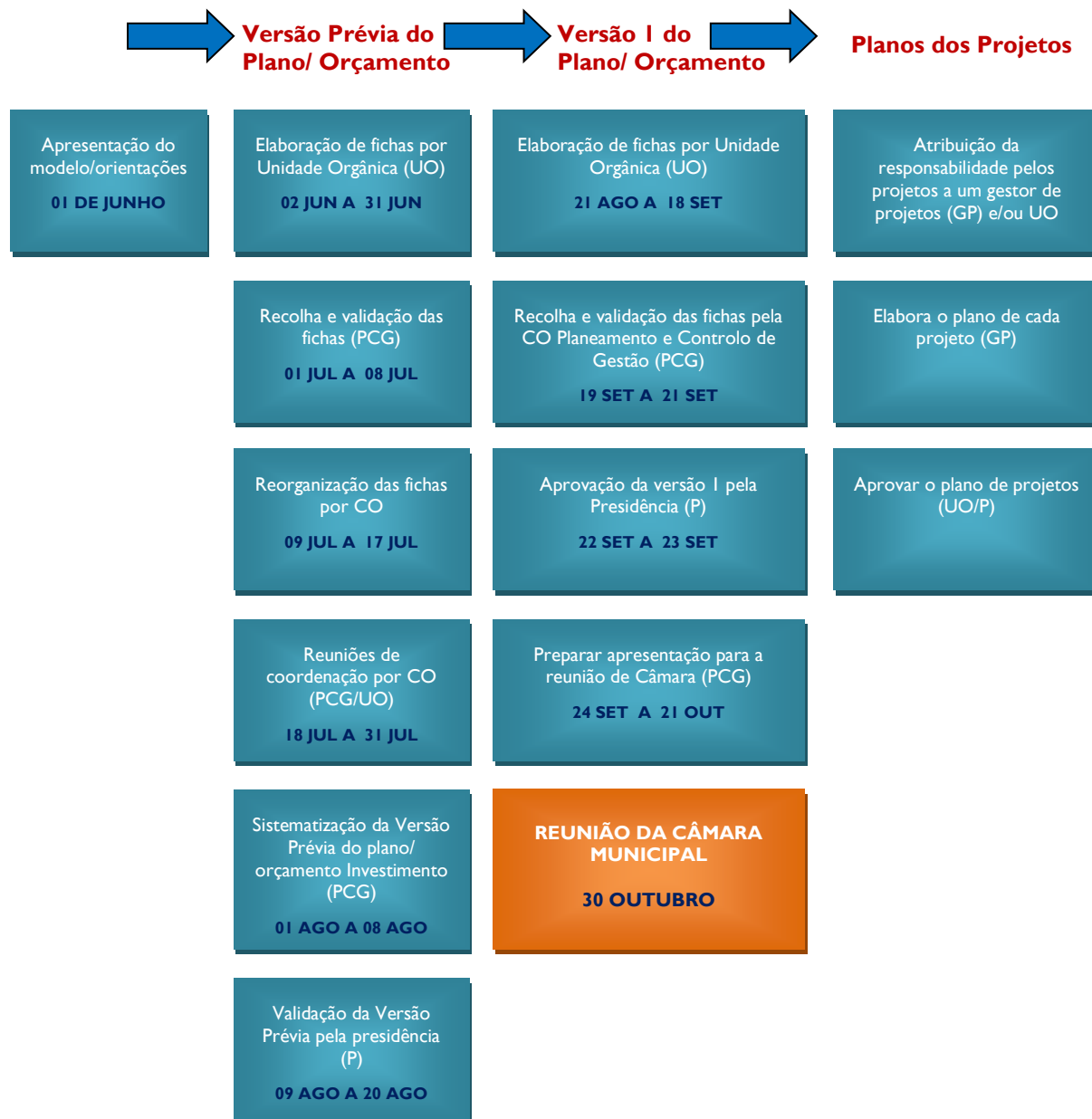
Segundo Secretário:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da mesa da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação.)

PARTE IV – LISTA DE ANEXOS

1. CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS
2. RESUMO DO ORÇAMENTO
3. RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA
4. ORÇAMENTO DA RECEITA
5. ORÇAMENTO DA DESPESA
6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
7. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM)
8. MAPA DE EMPRÉSTIMOS

CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021



RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE ARMAMAR

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.672.955,00	Correntes	6.846.894,00
De capital	3.535.560,00	De capital	4.361.621,00
Total	11.208.515,00	Total	11.208.515,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	11.208.515,00	Total Geral	11.208.515,00

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVACOES : Executivo __/__/__ Deliberativo __/__/__
MA		

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	945.050,00	8.4
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	14.100,00	0.1
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	91.300,00	0.8
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	317.900,00	2.8
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.236.855,00	46.7
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.040.500,00	9.3
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.250,00	0.2
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.672.955,00	68.5
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	42.850,00	0.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.282.610,00	29.3
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	200.000,00	1.8
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.525.560,00	31.5
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00	0.1
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	10.000,00	0.1
TOTAL GERAL	11.208.515,00	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.620.279,00	32.3
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.814.360,00	25.1
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	55.645,00	0.5
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	181.710,00	1.6
05 SUBSÍDIOS	108.500,00	1.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.400,00	0.6
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.846.894,00	61.1
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.119.600,00	27.8
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	303.550,00	2.7
09 ACTIVOS FINANCEIROS	13.121,00	0.1
10 PASSIVOS FINANCEIROS	925.350,00	8.3
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.361.621,00	38.9
TOTAL GERAL	11.208.515,00	100.0

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	7.672.955,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	945.050,00
01.02	OUTROS	945.050,00
01.02.02	Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.)	385.000,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação (I.U.C)	135.000,00
01.02.04	Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas de Imóveis.(I.M.T)	320.000,00
01.02.05	Derrama	105.000,00
01.02.07	Imposto Abolidos	50,00
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	50,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	14.100,00
02.02	OUTROS	14.100,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	14.100,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	8.500,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	700,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	50,00
02.02.06.05	Publicidade	100,00
02.02.06.06	Saneamento	50,00
02.02.06.07	Utilização da Rede Viária Municipal	50,00
02.02.06.99	Outros	4.650,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	50,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	50,00
02.02.06.99.03	Taxa de Proteção Civil	50,00
02.02.06.99.05	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	2.900,00
02.02.06.99.99	Outras	1.600,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	91.300,00
04.01	TAXAS	86.850,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	86.850,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	50,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	25.000,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	1.000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	45.000,00
04.01.23.06	Saneamento	50,00
04.01.23.99	OUTRAS	15.750,00
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	500,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	50,00
04.01.23.99.03	Taxa de Proteção Civil	50,00
04.01.23.99.05	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	8.150,00
04.01.23.99.99	Outras	7.000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	4.450,00
04.02.01	Juros de mora	3.000,00
04.02.02	Juros compensatórios	1.200,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por contra-ordenações	50,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	200,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	317.900,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	50,00
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	50,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	2.650,00
05.07.01	Empresas públicas	50,00
05.07.02	Empresas Públicas municipais e intermunicipais	50,00
05.07.03	Empresa privadas	50,00
05.07.99	Outras	2.500,00
05.10	RENDAS	315.200,00
05.10.01	Terrenos	315.000,00
05.10.03	Habitações	50,00
05.10.04	Edifícios	50,00
05.10.05	Bens do Domínio Público	50,00
05.10.99	Outros	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.236.855,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.225.005,00
06.03.01	ESTADO	5.001.050,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.051.665,00
06.03.01.02	Fudo Social Municipal	205.985,00
06.03.01.06	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	728.400,00
06.03.01.99	Outras	15.000,00
06.03.06	Estado-Participação Comunitária em Proj.Co-Financiados	128.635,00
06.03.06.05	Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	128.635,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	11.770,00
06.03.07.01	Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	11.770,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Subsistema Proteção à Família e Polít.Ativas Emp.e Formação Profissional	83.550,00
06.03.09.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	83.550,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	11.850,00
06.06.01	Sistema de Solidariedade e Seguraça Social	11.850,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.040.500,00
07.01	VENDA DE BENS	386.600,00
07.01.02	Livros e Documentação Técnica	50,00
07.01.03	Publicações e Impressos	50,00
07.01.04	Fardamentos e Artigos Pessoais	50,00
07.01.05	Bens Inutilizados	50,00
07.01.06	Produtos Agrícolas e pecuários	50,00
07.01.08	MERCADORIAS	386.000,00
07.01.08.02	Água	385.000,00
07.01.08.99	Outros	1.000,00
07.01.09	Matérias de consumo	50,00
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos	100,00
07.01.10.01	Sucata	50,00
07.01.10.99	Outros	50,00
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	150,00
07.01.11.01	Inertes	50,00
07.01.11.02	Água	50,00
07.01.11.99	Outros	50,00
07.01.99	Outros	50,00
07.02	SERVIÇOS	547.900,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	50,00
07.02.03	Vistorias e ensaios	50,00
07.02.07	Alimentação e alojamento	50,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	45.250,00
07.02.08.01	Serviços Sociais	50,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	100,00
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	50,00
07.02.08.02.99	Outros	50,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	100,00
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	50,00
07.02.08.03.99	Outros	50,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	45.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	502.300,00
07.02.09.01	Saneamento e águas residuais	185.000,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	245.000,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	20.050,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	5.000,00
07.02.09.03.03	Transportes de pessoas e mercadorias	15.000,00
07.02.09.03.99	Outros	50,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	2.500,00
07.02.09.05	Cemitérios	2.000,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	9.750,00
07.02.09.99	Outros Serviços específicos das autarquias	38.000,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.02.99	Outros Serviços	200,00
07.03	RENDAS	106.000,00
07.03.01	Habitações	11.000,00
07.03.99	Outras	95.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.250,00
08.01	OUTRAS	27.250,00
08.01.99	OUTRAS	27.250,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extraviio de bens patrimoniais	50,00
08.01.99.02	Indemniz.estragos provocados por outrém viaturas ou outros equipamentos das autarquias	50,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	6.900,00
08.01.99.99	DIVERSAS	20.250,00
08.01.99.99.02	Emolumentos de Custas de Execuções Fiscais	2.750,00
08.01.99.99.99	Receitas Correntes Diversas	17.500,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	3.525.560,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	42.850,00
09.01	TERRENOS	25.900,00
09.01.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	7.700,00
09.01.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.01.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.01.10	Famílias	18.100,00
09.02	HABITAÇÕES	50,00
09.02.10	Famílias	50,00
09.03	EDIFÍCIOS	11.350,00
09.03.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	11.200,00
09.03.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.03.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.03.10	Famílias	50,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	5.550,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	5.100,00
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	5.000,00
09.04.01.03	Outros	50,00
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	150,00
09.04.02.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.02.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.02.03	Outros	50,00
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	150,00
09.04.09.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.09.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.09.03	Outros	50,00
09.04.10	FAMILIAS	150,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.10.03	Outros	50,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.282.610,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	421.565,00
10.01.01	PÚBLICAS	31.000,00
10.01.01.01	Empresas Publicas(EP)	31.000,00
10.01.02	Privadas	390.565,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.861.045,00
10.03.01	ESTADO	864.200,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro(FEF)	450.185,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	50.625,00
10.03.01.04.01	Ministério de Educação	50.625,00
10.03.01.05	Estado - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º73/2013	343.390,00
10.03.01.06	Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	20.000,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.935.845,00
10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	1.918.745,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
10.03.07.04	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	17.000,00
10.03.07.05	Programa Regional de Desenvolvimento Rural (PDR)	100,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	61.000,00
10.03.08.01	Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	5.000,00
10.03.08.04	Turismo de Portugal, I.P.	56.000,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	200.000,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	200.000,00
12.05.02	Sociedades Financeiras	200.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00
13.01	OUTRAS	100,00
13.01.01	Indemnizações	100,00
	O U T R A S R E C E I T A S	10.000,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	10.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		11.208.515,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
--------------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	6.846.894,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.620.279,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.844.575,00
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	90.465,00
01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	2.013.489,00
01.01.04.01	Pessoal em funções	1.991.479,00
01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de posicionamento remuneratório	22.000,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	10,00
01.01.06	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo	6.750,00
01.01.06.01	Pessoal em funções	6.750,00
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	39.557,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	4.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	58.410,00
01.01.11	Representação	25.611,00
01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	234.045,00
01.01.13.01	Pessoal em funções	225.575,00
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	4.840,00
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.630,00
01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	355.248,00
01.01.14.01	Pessoal em funções	322.394,00
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	32.854,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	106.551,00
01.02.02	Horas extraordinárias	59.050,00
01.02.04	Ajudas de custo	8.100,00
01.02.05	Abono para falhas	8.596,00
01.02.06	Formação	17.300,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	355,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	13.150,00
01.02.13.01	Prémios de Desempenho	150,00
01.02.13.03	Senhas de presença	13.000,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	669.153,00
01.03.01	Encargos com a saúde	12.000,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	28.500,00
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	16.410,00
01.03.04	Outras prestações familiares	2.880,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	584.363,00
01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos ADSE	10,00
01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	583.336,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	309.192,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	274.144,00
01.03.05.03	Outros	1.017,00
01.03.05.03.01	Serviços de Assistencia Medico-Social (SAMS)	417,00
01.03.05.03.03	Segurança Social - Entidades Contratantes trabalhadores independentes	600,00
01.03.09	SEGUROS	25.000,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	25.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.814.360,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	782.115,00
02.01.01	Matérias primas e subsdiárias	4.500,00
02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	104.000,00
02.01.02.02	Gasóleo	100.450,00
02.01.02.99	Outros	3.550,00
02.01.03	Munições,explosivos e artificios	50,00
02.01.04	Limpeza e higiene	17.450,00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	74.500,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	50,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	150,00
02.01.08	Material de escritório	4.500,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	15.000,00
02.01.12	Material de transporte - Peças	3.000,00
02.01.14	Outro material - Peças	1.500,00
02.01.15	Prémios,condecorações e ofertas	1.500,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	408.315,00
02.01.16.01	Água	406.805,00
02.01.16.03	Outros	1.510,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	2.500,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	600,00
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	100,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	5.850,00
02.01.21	Outros bens	138.550,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.032.245,00
02.02.01	Encargos de instalações	376.000,00
02.02.02	Limpeza e higiene	336.600,00
02.02.03	Conservação de bens	56.000,00
02.02.04	Locação de edifícios	300.115,00
02.02.05	Locação de material de informática	22.650,00
02.02.06	Locação de material de transporte	15.910,00
02.02.08	Locação de outros bens	70.000,00
02.02.09	Comunicações	40.300,00
02.02.10	Transportes	118.000,00
02.02.11	Representação dos serviços	10,00
02.02.12	Seguros	49.300,00
02.02.13	Deslocações e estadas	6.500,00
02.02.14	Estudos,pareceres,projectos e consultadoria	28.100,00
02.02.15	Formação	17.330,00
02.02.16	Seminários,exposições e similares	40.890,00
02.02.17	Publicidade	37.290,00
02.02.18	Vigilância e segurança	15.100,00
02.02.19	Assistência técnica	20.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	334.600,00
02.02.22	Serviços de saúde	1.300,00
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	22.000,00
02.02.25	Outros serviços	124.250,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	55.645,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	30.505,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	18.510,00
03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	2.000,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	16.510,00
03.01.05	Administração Pública Central	11.995,00
03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	11.995,00
03.01.05.02.02	Programa de Apoio a Economia Local (PAEL)	11.995,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	21.900,00
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	21.900,00
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	21.900,00
03.05	OUTROS JUROS	1.240,00
03.05.02	Outros	1.240,00
03.05.02.02	Juros de mora	500,00
03.05.02.03	Juros de contratos de factoring/cedência de créditos	740,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2.000,00
03.06.01	Outros encargos financeiros	2.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	181.710,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	60,00
04.05.01	CONTINENTE	60,00
04.05.01.02	Freguesias	10,00
04.05.01.04	Associação de municípios	50,00
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	50,00
04.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	50,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	88.100,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	88.100,00
04.08	FAMÍLIAS	93.500,00
04.08.02	Outras	93.500,00
04.08.02.01	Programas ocupacionais	93.500,00
05	SUBSÍDIOS	108.500,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	103.000,00
05.01.03	Privadas	103.000,00
05.08	FAMÍLIAS	5.500,00
05.08.03	Outras	5.500,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.400,00
06.02	DIVERSAS	66.400,00
06.02.01	Impostos e taxas	12.000,00
06.02.03	OUTRAS	54.400,00
06.02.03.01	Outras Restituições	200,00
06.02.03.04	Serviços Bancários	4.200,00
06.02.03.05	Outras	50.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	4.361.621,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.119.600,00
07.01	INVESTIMENTOS	1.858.400,00
07.01.01	Terrenos	50.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	1.111.860,00
07.01.03.01	Instalações de serviços	316.450,00
07.01.03.02	Instalações desportivas e recreativas	728.860,00
07.01.03.04	Creches	31.550,00
07.01.03.05	Escolas	30.000,00
07.01.03.07	Outros	5.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	288.200,00
07.01.04.04	Iluminação Pública	215.100,00
07.01.04.05	Parques e Jardins	40.000,00
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	20.000,00
07.01.04.13	Outras Construções	13.100,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	30.000,00
07.01.06.02	Outros	30.000,00
07.01.07	Equipamento de Informática	166.040,00
07.01.08	Software Informático	50.425,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	98.725,00
07.01.10.02	Outros	98.725,00
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	35.000,00
07.01.13	Investimentos Incorpóreos	500,00
07.01.15	Outros Investimentos	27.650,00
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	500,00
07.02.03	Edifícios	500,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.260.700,00
07.03.03	Outras construções e infraestruturas	1.260.700,00
07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	994.715,00
07.03.03.02	Sistema de Drenagem de Águas Residuais	5.000,00
07.03.03.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais	30.000,00
07.03.03.05	Parques e Jardins	99.985,00
07.03.03.08	Viação Rural	500,00
07.03.03.13	Outros	130.500,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	303.550,00
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	550,00
08.03.06	Serviços e fundos autónomos	550,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	200.000,00
08.05.01	CONTINENTE	200.000,00
08.05.01.01	Municípios	50.000,00
08.05.01.02	Freguesias	150.000,00
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	33.000,00
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	33.000,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	70.000,00
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	70.000,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	13.121,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	MONTANTE
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	13.121,00
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	13.121,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	925.350,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	200.000,00
10.05.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	200.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	725.350,00
10.06.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	653.990,00
10.06.05	Administração Pública Central-Estado	71.360,00
10.06.05.02	Programa de Apoio á Economia Local (PAEL)	71.360,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		11.208.515,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE					OUTROS
														PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023			

1.					FUNÇÕES GERAIS									234.728,03		229.600,00	229.600,00		100.000,00				564.328,03
1.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									234.728,03		229.600,00	229.600,00		100.000,00				564.328,03
1.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL									234.728,03		229.600,00	229.600,00		100.000,00				564.328,03
1.1.1.1.	0104/07010602	07	2015	8	GRANDES REPARAÇÕES DE VEÍCULOS	OUTRA	100.0		DEJA	2015/01/01	2021/12/31	4	61.572,00		30.000,00	30.000,00		20.000,00					111.572,00
1.1.1.1.		08	2015	9	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	OUTRA	100.0		DEJA	2015/01/01	2021/12/31	4			115.000,00			75.000,00					190.000,00
1.1.1.1.	0104/07011002	08	2015	9												75.000,00							
1.1.1.1.	0104/070111	08	2015	9												35.000,00							
1.1.1.1.	0104/070115	08	2015	9												5.000,00							
1.1.1.1.		01	2017	10	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - MODERNIZAÇÃO	OUTRA	100.0			2017/01/02	2021/12/31	4	71.004,53		30.000,00			5.000,00					106.004,53
1.1.1.1.	0103/070107	01	2017	10												15.000,00							
1.1.1.1.	0103/070108	01	2017	10												15.000,00							
1.1.1.1.		01	2018	4	PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARAMAR	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/12/31	4	102.151,50		54.600,00								156.751,50
1.1.1.1.	0103/020214	01	2018	4												15.580,00							
1.1.1.1.	0103/020220	01	2018	4												500,00							
1.1.1.1.	0103/020225	01	2018	4												200,00							
1.1.1.1.	0103/070107	01	2018	4												21.945,00							
1.1.1.1.	0103/070108	01	2018	4												16.375,00							
2.					FUNÇÕES SOCIAIS									594.256,22		2.045.480,00	2.045.480,00		944.205,00				3.583.941,22
2.1.					EDUCAÇÃO									58.969,96		143.820,00	143.820,00						202.789,96
2.1.1.					ENSINO NÃO SUPERIOR									58.969,96		143.820,00	143.820,00						202.789,96
2.1.1.1.	0103/020220	01	2018	5	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE CIÊNCIAS	OUTRA	15.0	85.0	EXE	2018/01/02	2020/07/31	4	18.660,54		4.500,00	4.500,00							23.160,54
2.1.1.1.	0103/020216	03	2018	7	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE LITERATURA	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	2			14.950,00	14.950,00							14.950,00
2.1.1.1.	0103/020216	04	2018	8	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE HISTÓRIA	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	3	2.429,14		2.600,00	2.600,00							5.029,14
2.1.1.1.		05	2018	9	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-CLUBE DE ROBÓTICA	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	2			25.830,00								25.830,00
2.1.1.1.	0103/020215	05	2018	9												9.830,00							
2.1.1.1.	0103/020220	05	2018	9												16.000,00							
2.1.1.1.		06	2018	10	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-OFFICINAS, WORKSHOPS, PALESTRAS	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	3			28.340,00								28.340,00
2.1.1.1.	0103/020215	06	2018	10												5.000,00							
2.1.1.1.	0103/020216	06	2018	10												23.340,00							
2.1.1.1.	0103/020220	07	2018	11	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-PLATAFORMA "+SUCESSO ESCOLAR"	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	3	21.590,78		24.350,00	24.350,00							45.940,78
A TRANSFERIR ...													277.408,49		330.170,00	330.170,00		100.000,00				707.578,49	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE				
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023		OUTROS
A TRANSPORTAR ...													277.408,49		330.170,00	330.170,00		100.000,00				707.578,49
2.1.1.	0103/020217	08	2018	12	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAMAR-PUBLICAÇÕES/DIVULGAÇÕES	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	2	227,55		1.900,00	1.900,00					2.127,55
2.1.1.	0103/070107	09	2018	13	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAMAR-EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31	4	16.061,95		1.500,00	1.500,00					17.561,95
2.1.1.	0103/07010304	06	2019	6	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO PRÉ-ESCOLAR E ZONA ENVOLVENTE	EMPREITADA	60.0	40.0		DADS	2019/01/02	2020/12/31	3			31.550,00	31.550,00					31.550,00
2.1.1.	0103/020121	01	2020	1	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR- CLUBE DE TEATRO	OUTRA		15.0	85.0		2020/01/02	2021/09/30	0			8.300,00	8.300,00					8.300,00
2.3.					SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS											4.000,00	4.000,00					4.000,00
2.3.2.					AÇÃO SOCIAL											4.000,00	4.000,00					4.000,00
2.3.2.		02	2016	3	EQUIPAMENTO PARA GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	OUTRA	100.0				2016/01/02	2022/12/31	3			4.000,00						4.000,00
2.3.2.	0103/020203	02	2016	3													2.500,00					
2.3.2.	0103/070107	02	2016	3													1.000,00					
2.3.2.	0103/070108	02	2016	3													500,00					
2.4.					REABITAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES									499.380,10		1.135.200,00	1.135.200,00		269.205,00			1.903.785,10
2.4.2.					ORÇAMENTO DO TERATÓRIO									433.215,77		1.099.200,00	1.099.200,00		269.205,00			1.801.620,77
2.4.2.	0102/070101	09	2015	10	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA		100.0		EKE	2015/01/01	2020/12/31	9			50.000,00	50.000,00					50.000,00
2.4.2.	0104/07030301	02	2017	7	VALORIZAÇÃO DE MODOS SUAVES (BICICLETA E PEDONAL) NAS DESLOCAÇÕES DE PROXIMIDADE	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2021/12/31	0			175.000,00	175.000,00		116.205,00			291.205,00
2.4.2.	0104/07030305	03	2017	17	REGENERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM "IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1			89.985,00	89.985,00					89.985,00
2.4.2.	0104/07030301	04	2017	18	REGENERAÇÃO URBANA- REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "PRAÇA 25 DE ABRIL"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2021/12/31	1			553.215,00	553.215,00		153.000,00			706.215,00
2.4.2.	0104/07030301	05	2017	19	REGENERAÇÃO URBANA- REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "PRA DO OUTEIRO"	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1			140.000,00	140.000,00					140.000,00
2.4.2.	0104/07030305	06	2017	20	REGENERAÇÃO URBANA- REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MISARELA	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	3	31.270,00		10.000,00	10.000,00					41.270,00
2.4.2.	0104/07030301	09	2017	04	REQUALIFICAÇÃO URBANA- OBRAS DIVERSAS	EMPREITADA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	4	238.855,84		20.000,00	20.000,00					258.855,84
2.4.2.	0104/07030301	01	2018	15	CAUCHAMENTO DE VÁRIOS ARREMUAMENTOS DO CONCELHO DE ARMAMAR-SANTA CRUZ, ALDEIAS, CIMBRIS, S. JOAQUIM, CONTIM E S.MARTINHOS DAS CHÁS	EMPREITADA		100.0		DEJA	2018/05/01	2020/12/31	4	163.089,93		6.000,00	6.000,00					169.089,93
2.4.2.	0104/07010405	03	2018	20	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DE ARMAMAR (CENTRO CÍVICO)	EMPREITADA		100.0			2018/07/01	2020/12/31	0			20.000,00	20.000,00					20.000,00
A TRANSPORTAR ...													726.913,76		1.441.620,00	1.441.620,00		369.205,00				2.537.738,76

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO				FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC					INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			
											TOTAL	DEFINIDO						NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023			
A TRANSPORTAR ...														726.913,76		1.441.620,00	1.441.620,00		369.205,00				2.537.738,76	
2.4.2.	0104/07010405	04	2018	21	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DE ALDEIAS	EMPREITADA		100.0			2018/07/01	2020/12/31	0			20.000,00	20.000,00					20.000,00		
2.4.2.	0104/07030301	01	2019	1	BENEFICIAÇÃO ZONA ENVOLVENTE E RECUPERAÇÃO DA FONTE DO SOITO EM S.ROMÃO	EMPREITADA		100.0		DESA	2019/01/02	2020/12/31	0			15.000,00	15.000,00					15.000,00		
2.4.3.	0104/07030302	03	2015	3	SAZONAMENTO	ADM. DIR.		100.0		DESA	2015/01/01	2021/12/31	3	9.984,49		6.000,00	6.000,00					15.984,49		
2.4.3.	0104/07030302	01	2016	1	RETRABALHOS ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA		15.0	85.0	DESA	2016/01/02	2022/12/31	0	9.984,49		5.000,00	5.000,00					14.984,49		
2.4.3.	0104/070108	01	2016	1													250,00							
2.4.3.	0104/07011002	01	2016	1													250,00							
2.4.3.	0104/070113	01	2016	1													500,00							
2.4.5.	0104/07030303	01	2017	2	RESÍDUOS SÓLIDOS	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1	56.179,84		30.000,00	30.000,00					86.179,84		
2.4.5.	0104/07030303	01	2017	2	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAR- FOLGOSA	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1	16.050,17		5.000,00	5.000,00					21.050,17		
2.4.5.	0104/07030303	02	2017	3	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAR- LAPINHA	EMPREITADA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	1	1.731,25		5.000,00	5.000,00					6.731,25		
2.4.5.	0104/07030303	03	2017	4	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAR- VACALAR	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1	15.241,19		5.000,00	5.000,00					20.241,19		
2.4.5.	0104/07030303	04	2017	5	IMPLEMENTAÇÃO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE ARMAR - SISTEMA DE BALTEIRO	EMPREITADA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	1	8.955,05		5.000,00	5.000,00					13.955,05		
2.4.5.	0104/07030303	05	2017	6	IMPLEMENTAÇÃO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE ARMAR - SISTEMA DE	EMPREITADA		15.0	85.0		2017/01/02	2020/12/31	1	12.046,09		5.000,00	5.000,00					17.046,09		
2.4.5.	0104/07030303	01	2018	1	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMAR- CIMBRES	EMPREITADA		15.0	85.0	DESA	2018/01/02	2020/12/31	1	2.156,09		5.000,00	5.000,00					7.156,09		
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS,RECREATIVOS E RELIGIOSOS									35.906,16		762.460,00	762.460,00		675.000,00			1.473.366,16		
2.5.1.					CULTURA											13.600,00	13.600,00					13.600,00		
2.5.1.	0104/07010413	03	2017	30	AQUISIÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO PALCO FIXO NA ZONA DE LAZER DE ALDEIAS	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0			13.100,00	13.100,00					13.100,00		
2.5.1.	0104/020214	03	2019	2	AUDITÓRIO MUNICIPAL	EMPREITADA		100.0		EXE	2019/01/02	2021/12/31	0			500,00	500,00					500,00		
2.5.2.	0104/07010406	01	2018	22	DESPORTO, RECREIO E LAZER	ADM. DIR.		100.0			2018/01/02	2020/12/31	0	35.906,16		748.860,00	748.860,00		675.000,00			1.459.766,16		
2.5.2.	0104/07010406	01	2018	22	CIRCUITO DE MANUTENÇÃO SÊNIORE EM ARMAR	ADM. DIR.		100.0			2018/01/02	2020/12/31	0			20.000,00	20.000,00					20.000,00		
2.5.2.	0104/07010302	01	2019	3	PAVILÃO GIMNODESPORTIVO DE ARMAR	EMPREITADA	7.5	7.5	85.0	EXE	2019/01/02	2021/12/31	1	35.906,16		728.860,00	728.860,00		675.000,00			1.439.766,16		
A TRANSPORTAR ...														828.984,25		2.275.080,00	2.275.080,00		1.044.205,00				4.148.269,25	

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020	
Município de Aramar															

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
						AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE			OUTROS	
A TRANSPORTAR ...													828.984,25		2.275.080,00	2.275.080,00		1.044.205,00				4.148.269,25
3.				FUNÇÕES ECONÓMICAS									716.629,30		759.615,00	759.615,00		290.060,00	105.665,00		1.871.969,30	
3.2.				INDÚSTRIA E ENERGIA											215.100,00	215.100,00					215.100,00	
3.2.	0104/07010404	01	2020	3	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA-ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTRA	5.2	94.8		2020/01/02	2021/12/31	0			215.100,00	215.100,00					215.100,00	
3.3.				TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									585.619,24		171.500,00	171.500,00		75.060,00			772.179,24	
3.3.1.				TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									585.619,24		86.500,00	86.500,00		75.060,00			687.179,24	
3.3.1.	0104/07030301	04	2015	4	PAVIMENTAÇÃO	OUTRA	100.0	DESA	2015/01/01	2021/12/31	4		335.096,48		35.000,00	35.000,00		35.000,00			405.096,48	
3.3.1.	0104/07030301	06	2015	7	Muros de suporte	EMPREITADA	100.0	DESA	2015/01/01	2021/12/31	4		190.522,76		30.000,00	30.000,00		40.000,00			260.522,76	
3.3.1.	0104/07030313	01	2018	2	criação de percursos pedonais no concelho de Aramar	EMPREITADA	15.0	85.0	DESA	2018/01/02	2021/12/31	0			500,00	500,00		10,00			510,00	
3.3.1.	0104/07030301	02	2018	3	criação de interface na vila de Aramar	EMPREITADA	100.0	DESA	2018/01/02	2021/12/31	0				500,00	500,00		50,00			550,00	
3.3.1.	0104/07030301	01	2018	19	REQUALIFICAÇÃO DA PONTE ANTIGA DE SANTO ADRIÃO	EMPREITADA	100.0	DESA	2018/07/01	2020/12/31					20.000,00	20.000,00					20.000,00	
3.3.1.	0104/07030308	01	2020	4	REQUALIFICAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS	EMPREITADA	100.0	EXE	2020/01/02	2021/12/31	0				500,00	500,00					500,00	
3.3.3.				TRANSPORTES FLUVIAIS											85.000,00	85.000,00					85.000,00	
3.3.3.	0104/07030313	01	2017	25	REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO CAIS FLUVIAL DA FOLGOSA DO DOURO	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			85.000,00	85.000,00					85.000,00	
3.4.				COMÉRCIO E TURISMO									4.206,25		368.015,00	368.015,00		210.000,00	105.665,00		687.886,25	
3.4.2.				TURISMO									4.206,25		368.015,00	368.015,00		210.000,00	105.665,00		687.886,25	
3.4.2.	0104/07030313	02	2017	23	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE GOUJOIM - PRAIA FLUVIAL	OUTRA		100.0		2017/01/02	2021/12/31	0			40.000,00	40.000,00					40.000,00	
3.4.2.		04	2019	4	VALORIZAR CULTURA, PATRIMÓNIO E RECURSOS DE ARAMAR	OUTRA	10.0	90.0	DADS	2019/01/02	2021/12/31	0			121.565,00						121.565,00	
3.4.2.	0103/020214	04	2019	4												12.020,00						
3.4.2.	0103/020217	04	2019	4												23.690,00						
3.4.2.	0103/070107	04	2019	4												84.855,00						
3.4.2.	0103/070108	04	2019	4												1.000,00						
3.4.2.	0104/07010301	05	2019	5	VIMAR - NÚCLEO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS	EMPREITADA	15.0	85.0	DADS	2019/01/02	2022/12/31	0	4.206,25		206.450,00	206.450,00		210.000,00	105.665,00		526.321,25	
3.5.				OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS									186.803,81		5.000,00	5.000,00		5.000,00			196.803,81	
3.5.	0104/07030313	12	2015	12	APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DE TEMPLÓBOS (AMPLIAÇÃO) - REGADIO DO MONTE RASO	EMPREITADA		100.0	DESA	2015/01/01	2023/12/31	1	186.803,81		5.000,00	5.000,00		5.000,00			196.803,81	
4.				OUTRAS FUNÇÕES											257.365,00	257.365,00		5.700,00	5.700,00		268.765,00	
4.3.				DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											257.365,00	257.365,00		5.700,00	5.700,00		268.765,00	
4.3.		01	2017	8	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS-AUDITORIA,DIAGNÓSTICOS E IMPLEMENTAÇÃO	OUTRA	55.0	45.0		2017/01/02	2021/12/31				150.625,00						150.625,00	
4.3.	0104/07010301	01	2017	8												105.000,00						
4.3.	0104/07011002	01	2017	8												23.475,00						
4.3.	0104/070115	01	2017	8												22.150,00						
4.3.		01	2017	26	RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE PATRIMÓNIO IMÓVEL	ADM. DIR.	100.0	DESA	2017/01/02	2020/12/31					40.000,00						40.000,00	
4.3.	0104/07010301	01	2017	26												5.000,00						
4.3.	0104/07010305	01	2017	26												30.000,00						
A TRANSPORTAR ...													1.545.613,55		3.225.320,00	3.220.320,00		1.334.265,00	105.665,00			6.210.863,55

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON-SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
						AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEQUINTE			OUTROS			
										INICIO	FIM		TOTAL	DEFINIDO		NÃO DEFINIDO	2021	2022		2023		
A TRANSPORTAR ...													1.545.613,55		3.225.320,00	3.220.320,00		1.334.265,00	105.665,00			6.210.863,55
4.3.	0104/07010307	01	2017	26	Redes Wifi	OUTRA	10.0	90.0	exe	2020/01/02	2022/12/31					5.000,00		5.700,00	5.700,00			78.140,00
4.3.		01	2020	2											66.740,00							
4.3.	0103/020205	01	2020	2												3.200,00						
4.3.	0103/020220	01	2020	2												4.000,00						
4.3.	0103/070107	01	2020	2												41.740,00						
4.3.	0103/070108	01	2020	2												17.300,00						
4.3.	0103/070115	01	2020	2												500,00						
TOTAL GERAL ...													1.545.613,55		3.292.060,00	3.292.060,00		1.339.965,00	111.365,00			6.289.003,55

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TÉCNICO
- 2 - AUTORIZADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em __ de _____ de ____

Em __ de _____ de ____

ENTIDADE	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
						AC	BA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS		
						INICIO	FIM																
2.				FUNÇÕES SOCIAIS									162.289,90	82.944,36	399.900,00	399.900,00		128.050,00				773.184,26	
2.1.				EDUCAÇÃO									77.594,90		260.400,00	260.400,00						337.994,90	
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR									77.594,90		260.400,00	260.400,00						337.994,90	
2.1.1.1.		01	2019	1	GESTÃO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA	60.0	40.0	DADS	2019/01/02	2020/12/31	5	33.640,26		69.700,00								103.340,26
2.1.1.1.	0103/010107	01	2019	1												3.000,00							
2.1.1.1.	0103/02010202	01	2019	1												30.000,00							
2.1.1.1.	0103/020105	01	2019	1												29.500,00							
2.1.1.1.	0103/020108	01	2019	1												200,00							
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	1												1.000,00							
2.1.1.1.	0103/020212	01	2019	1												6.000,00							
2.1.1.1.		01	2019	2	GESTÃO DO 1.º CICLO ENSINO BÁSICO	OUTRA	60.0	40.0	DADS	2019/01/02	2020/12/31	5	43.954,64		70.200,00								114.154,64
2.1.1.1.	0103/010107	01	2019	2												3.000,00							
2.1.1.1.	0103/02010202	01	2019	2												21.000,00							
2.1.1.1.	0103/020105	01	2019	2												40.000,00							
2.1.1.1.	0103/020108	01	2019	2												100,00							
2.1.1.1.	0103/020112	01	2019	2												500,00							
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	2												1.000,00							
2.1.1.1.	0103/020212	01	2019	2												4.600,00							
2.1.1.1.		01	2019	3	GESTÃO DO ENSINO 2.º E 3.º CICLOS E SECUNDÁRIO	OUTRA	60.0	40.0	DADS	2019/01/02	2020/12/31	5			120.500,00								120.500,00
2.1.1.1.	0103/020120	01	2019	3												3.500,00							
2.1.1.1.	0103/020210	01	2019	3												117.000,00							
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS									1.006,00		6.050,00	6.050,00		1.250,00				8.306,00	
2.3.2.				AÇÃO SOCIAL									1.006,00		6.050,00	6.050,00		1.250,00				8.306,00	
2.3.2.		01	2019	6	ATIVIDADES OU EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)	OUTRA		100.0	DADAS	2019/01/02	2021/12/31	5	1.006,00		1.250,00			1.250,00				3.506,00	
2.3.2.	0103/020108	01	2019	6												50,00							
2.3.2.	0103/020121	01	2019	6												200,00							
2.3.2.	0103/020212	01	2019	6												200,00							
2.3.2.	0103/020225	01	2019	6												800,00							
2.3.2.		03	2019	7	GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	OUTRA	100.0			2019/01/02	2020/12/31	5			4.800,00								4.800,00
2.3.2.	0103/020108	03	2019	7												1.000,00							
2.3.2.	0103/020121	03	2019	7												1.000,00							
2.3.2.	0103/020203	03	2019	7												2.500,00							
2.3.2.	0103/020209	03	2019	7												300,00							
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS									83.689,00	82.944,36	133.450,00	133.450,00		126.800,00				426.883,36	
2.5.1.				CULTURA									83.689,00	82.944,36	133.450,00	133.450,00		126.800,00				426.883,36	
2.5.1.		01	2019	4	FESTA EM HONRA DE S. JOÃO	OUTRA		100.0	EXE	2019/01/02	2021/12/31	5	83.689,00		65.800,00			65.800,00				215.289,00	
2.5.1.	0102/020121	01	2019	4												200,00							
2.5.1.	0102/020201	01	2019	4												500,00							
2.5.1.	0102/020208	01	2019	4												6.000,00							
2.5.1.	0102/020212	01	2019	4												400,00							
2.5.1.	0102/020217	01	2019	4												600,00							
2.5.1.	0102/020218	01	2019	4												600,00							
2.5.1.	0102/020225	01	2019	4												50.000,00							
2.5.1.	0102/040701	01	2019	4												7.500,00							
2.5.1.		02	2019	5	FEIRA DA VAÇA	OUTRA		100.0	EXE	2019/01/02	2021/12/31	5		82.944,36	61.800,00			61.000,00				205.744,36	
2.5.1.	0102/020121	02	2019	5												2.000,00							
2.5.1.	0102/020201	02	2019	5												500,00							
A TRANSPORTAR ...													162.289,90	82.944,36	394.050,00	334.750,00		128.050,00				767.334,26	

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

MAPA DE ENCARGOS ANUAIS A SATIZFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS								ANO FINANCEIRO DE 2020		(Em Euros)	(Em Euros)	
Data	Finalidades (objectivo/Programa)	Entidade Credora	Capital	Taxa de Juro		Prazo de Amortização	Anos Decorridos	Anos que faltam	Encargos do Ano		Capital Dívida Início	Capital Dívida Fim
				Inicial	Atual*				Amortização	Juros		
16.07.01	Prejuizos causados pelos temporais - L/C intempéries D.L.38/C-2001 de 8 de Fevereiro (Bonificado) - 9015/00222/0391	Caixa Geral Depósitos	399 038,32	2,400%	0,0905%	20	18,5	1,5	25 131,82	26,78	50 277,91	25 146,09
16.07.01	Idem (Não Bonificado) 9015/00222/1191	Caixa Geral Depósitos	199 519,16	4,810%	0,179%	20	18,5	1,5	13 322,04	7,66	21 093,45	7 771,41
03.06.04	Urbanização áreas de Lazer Queimada, Queimadela, Travanca, Variante Sta. Barbara Armamar; Construção da Zona Industrial; Requalificação Urbana Zona Histórica de Armamar; Projecto e construção Piscina Coberta - 9140/01318/9191	Caixa Geral Depósitos	470 000,00	2,823%	0,354%	20	15,5	4,5	36 206,28	337,46	165 945,10	129 738,82
14.10.05	Construção da Zona Industrial de Armamar; Aquisição de terrenos em diversas freguesias; Arruamentos, infraestruturas eléctricas, calcetamento nas diversas freguesias do concelho; Caminho Municipal E.M. 544-I-Beneficiação do Troço Tões-Armamar e caminho municipal E. M. 544-I-Beneficiação do Troço queimadela/queimada/Tões e E.M. 545-Beneficiação do Troço Padrão/S. Romão - 9015004571891	Caixa Geral Depósitos	500 000,00	2,485%	0,000%	20	14	6	34 801,56	0,00	203 008,71	168 207,15
30.07.08	Const. Adutora de Abastecimento de água da Zona Sul e Poente do Concelho de Armamar e Construção de ETAR's compactas - 9015/ 002481/ 187/ 0019	Caixa Geral Depósitos	150 000,00	4,225%	0,000%	25	12,5	12,5	7 261,92	0,00	90 169,47	82 907,55
01/10/09	Centro Escolar de Armamar	Caixa Agrícola	195 000,00	2,336%	0,993%	20	11	9	11 422,03	992,45	119 827,98	108 405,95
22/06/12	Reestruturação financeira de empréstimos (0108/001457/491 e 9015/00284/1491) - 9015/007504/891	Caixa Geral Depósitos	4 131 977,03	2,560%	0,875%	10	7,5	2,5	448 150,92	7 475,93	1 045 685,80	597 534,88
16/11/12	Programa de Apoio à Economia Local - Programa II	Estado Português	987 993,72	2,600%	2,450%	14	7	7	71 355,10	11 990,83	499 485,73	428 130,63
20/12/13	Requalificação e valorização da EN 222, no troço DOC - Quinta da Reduída	Caixa Agrícola	363 000,00	5,340%	2,981%	10	6	4	42 439,63	4 543,03	177 320,92	134 881,29
06/06/18	Diversas obras - BPI CS-003403154830013	BPI	352 535,20	1,100%	1,100%	10	1,5	8,5	35 253,48	3 118,47	299 654,58	264 401,10
	TOTAL.....		7 749 063,43						725 344,78	28 492,61	2 672 469,65	1 947 124,87

*A taxa de juro atual corresponde à taxa efetiva mencionada nos planos financeiros das instituições bancárias.